

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
COM AGRAVO 862.565 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: TIM CELULAR S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARNOLDO DE FREITAS JUNIOR E OUTRO(A/S)</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – ADEQUAÇÃO – ACÓRDÃO  
FORMALIZADO POR FORÇA DE IDÊNTICO RECURSO. Os segundos  
embargos de declaração somente são adequados quando o vício haja  
surgido pela primeira vez no julgamento dos anteriores.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da  
Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover os embargos  
de declaração nos embargos de declaração no agravo regimental no  
recurso extraordinário com agravo, nos termos do voto do relator e por  
unanimidade, em sessão presidida pela Ministra Rosa Weber, na  
conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
COM AGRAVO 862.565 DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>EMBTE.(S)</b>	<b>: TIM CELULAR S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ARNOLDO DE FREITAS JUNIOR E OUTRO(A/S)</b>
<b>EMBDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO</b>

## RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A Primeira Turma negou acolhida a pedido formulado em declaratórios, ante fundamentos assim resumidos:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS – ACÓRDÃO – INEXISTÊNCIA DE VÍCIO – DESPROVIMENTO. Uma vez voltados os embargos declaratórios ao simples rejuízo de certa matéria, inexistindo, no acórdão proferido, qualquer dos vícios que os respaldam – omissão, contradição e obscuridade –, impõe-se o desprovido.

O recorrente protocolou novos embargos de declaração, nos quais reitera as razões do recurso anterior, apontando a existência de omissão no julgado. Discorre acerca da necessidade de análise da alegada constitucionalidade da Lei nº 10.995/01.

A parte embargada, em contrarrazões, defende a manutenção do acórdão embargado e, diante do caráter protelatório do recurso, pleiteia a aplicação da multa prevista no artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.

É o relatório.

29/09/2015

PRIMEIRA TURMA

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO  
COM AGRAVO 862.565 DISTRITO FEDERAL**

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) –Atentem para o que decidido. Ao desprover os primeiros embargos, consignei:

[...]

Não prosperam as alegações da embargante. Conforme anteriormente salientado, a decisão recorrida mediante o extraordinário está alicerçada em interpretação conferida à legislação de regência e à moldura fática delineada soberanamente na origem.

[...]

A questão trazida pelo embargante não é nova. A mesma tese foi suscitada nos primeiros embargos declaratórios. A admissibilidade dos embargos, no entanto, pressupõe o surgimento de vício na prolação do acórdão alusivo aos primeiros, não representando nova oportunidade para atacar-se pronunciamento já impugnado.

Não conheço destes embargos.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRADO 862.565**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

EMBTE.(S) : TIM CELULAR S/A

ADV.(A/S) : ARNOLDO DE FREITAS JUNIOR E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Decisão:** A Turma não conheceu dos embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. 1ª Turma, 29.9.2015.

Presidência da Senhora Ministra Rosa Weber. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Roberto Barroso e Edson Fachin.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Odim Brandão Ferreira.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma